



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**LEI MUNICIPAL Nº 1.369/2006, de 21 de fevereiro de 2006.**

**Concede subvenção a associações que menciona, aponta recurso e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:**

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção às associações abaixo relacionadas, nos respectivos valores, divididos em 12 (doze) parcelas mensais, com a finalidade de adquirir vagas para atendimento de alunos em escola de educação infantil:

ASSOCIAÇÃO	ESCOLA	Nº ALUNOS ATENDIDOS	VALOR
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DA FLORESTA IMPERIAL	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA PAZ	33 alunos em turno integral	R\$ 99.396,00
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO IDEAL	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO IDEAL	136 alunos em turno integral	R\$ 120.000,00
ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE AÇÃO SOCIAL EM NOVO HAMBURGO	ESCOLA COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIOS DE SOL	30 alunos em turno integral	R\$ 90.000,00
TOTAL			R\$ 309.396,00

**§ 1º** O preenchimento das vagas será realizado com alunos indicados pela Secretaria de Educação e Desporto - SMED, conforme Plano de Trabalho apresentado pelas associações.

**§ 2º** Dependendo da necessidade, em substituição a um aluno em turno integral podem ser atendidos dois de meio turno cada.

**Art. 2º** A subvenção de que trata o artigo 1º desta Lei destina-se a custear despesas mensais de manutenção e pagamento de pessoal, sendo que todas as despesas de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes do vínculo empregatício dos funcionários, correrão por conta da Associação beneficiada.

*Projeto de Lei nº 009/114L/2006.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

2

...

**Art. 3º** As associações ficam obrigadas a comprovar junto à Secretaria da Fazenda - SEMFA e SMED, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, as despesas dos direitos previdenciários e trabalhistas (folha de pagamento, GFIP-FGTS, GPS-INSS, DARF/PIS, IRRF), balancete mensal, cópia da folha de pagamento e contra-cheques, nota fiscal do valor a receber, relação das crianças atendidas pelo Convênio, comprovação do uso da verba através de Planilha Mensal de Prestação de Contas devidamente preenchida, juntamente com cópia das notas fiscais, recibos e demais documentos necessários, todos em ordem cronológica, comprovando a destinação fixada pela presente Lei.

**Parágrafo único.** A liberação das parcelas vincendas fica vinculada à aprovação da prestação de contas apresentada pela Associação.

**Art. 4º** A Planilha Mensal de Prestação de Contas, conforme modelo constante no Anexo I desta Lei, deve conter a relação de pagamentos com número do cheque e do documento fiscal, valor e favorecido em ordem cronológica.

**Art. 5º** Ficam as associações obrigadas a abrirem conta bancária específica para o recebimento do valor correspondente à subvenção repassada.

**§ 1º** Os valores recebidos e não utilizados no período igual ou superior a 30 (trinta) dias devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição oficial.

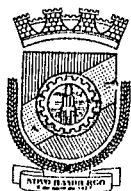
**§ 2º** Os rendimentos das aplicações financeiras devem fazer parte, obrigatoriamente, da prestação de contas, bem como serem aplicados em sua totalidade no objeto desta subvenção, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas dos recursos originalmente recebidos.

**Art. 6º** Ao final do exercício a Associação deve apresentar, juntamente com a última Planilha Mensal de Prestação de Contas, seu balanço contábil anual.

**Art. 7º** No orçamento fiscal do exercício de 2006 está consignada dotação orçamentária para atender a despesa prevista nesta Lei, no valor de R\$ 309.396,00 (trezentos e nove mil, trezentos e noventa e seis reais), com recursos na rubrica da Secretaria de Educação e Desporto: 1.01.02.05.03.00.012.365.0003.2.024.3.3.3.50.43.01.00.00 - Instituições de Caráter Assistencial, Cultural e Educacional.

**Art. 8º** As associações devem observar, tanto para a obtenção da contribuição pleiteada, quanto no que diz com a respectiva prestação de contas, o que contém no Manual para Concessões Sociais e de Prestação de Contas, instituído pelo Decreto nº 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005.

**Art. 9º** Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida nesta Lei e a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

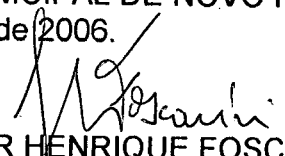
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

3

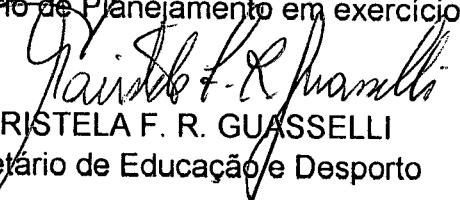
fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, as associações devem restituir o valor transferido, acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento, ao Município.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro do ano de 2006.

  
JAIR HENRIQUE FOSCARINI  
Prefeito Municipal

  
EDISON SIQUEIRA LEMOS  
Secretário de Planejamento em exercício

  
MARISTELA F. R. GUASSELLI  
Secretário de Educação e Desporto

Registre-se e Publique-se.

  
JOÃO ALBERTO ANTÔNIO  
Secretário de Administração